

# Abert propõe vigília para evitar a censura

ANC

P.5

21-10-87

OES

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Se depender do substitutivo do relator Bernardo Cabral, a tesoura dos censores não será aposentada na próxima Constituição. O artigo 5º, inciso 29, diz que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística e científica, sem censura ou licença". No capítulo que trata da comunicação, entretanto, a liberdade é vedada aos temas e imagens, em rádio e televisão, que "atentem contra a moral, os bons costumes e incitem à violência".

É por causa dessa contradição, colocada no substitutivo, cujo capítulo ainda não foi votado, que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) lançou apelo para uma "vigília permanente" na Constituinte, para que seja evitada a "tentação de incluir a censura explícita ou implícita" na nova Carta. A mesma defesa foi feita pelo senador José Paulo Bisol, relator da Comissão da Soberania, dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Favorável ao fim da censura, ele explica que a questão, como está posta, "estabelece a censura, porque atribui ao Estado julgar o que é moral e o que são bons costumes". Para o senador, a redação de Bernardo Cabral "é um estelionato institucional para enganar cegos".

Segundo Bisol, o substitutivo não teve a coragem de estabelecer explicitamente a censura, então

usou artifícios que asseguram a sua manutenção implícita. Para mudar essa redação, Bisol informa que existem emendas para ser votadas, mas que a sua aprovação depende também do poder de pressão da sociedade, interessada no fim da censura. Iniciativa nesse sentido partiu da Abert, que deu o alarme do problema e prometeu uma mobilização intensa nos dias da votação do capítulo da comunicação.

Paralelamente, a Abert anunciou a aplicação do seu Código de Ética, escrito em outubro de 1980, durante um congresso dos associados no Ceará, mas pouco utilizado até hoje. O código, segundo o presidente da entidade, Joaquim Mendonça, é uma espécie de tribunal que recebe as denúncias das emissoras e pessoas lesadas de alguma maneira e instaura processos. Dele poderão resultar quatro tipos de condenação: duas advertências por escrito, uma advertência pública e até a expulsão da emissora da entidade.

Além de proteger as emissoras da concorrência desleal, o código atende também à necessidade de uma maior independência das emissoras diante do poder público. Dessa forma, elas é que decidem sobre os cortes que acham necessários para determinados programas e horários, evitando a tesoura do governo. Segundo Ricardo Cravo Albim, representante da Abert no Conselho Superior de Censura (CSC), todo o trabalho tem sido feito no sentido de não

mutlar nenhuma obra. Para evitar os cortes, as próprias emissoras programam os filmes considerados "fortes" para horários mais tardios, totalmente liberados. Essa é a mesma orientação adotada pelo Conselho Superior de Censura, que, desde abril deste ano, não aprovou nenhum corte sugerido pela Divisão de Censura da Polícia Federal. Até os cortes sugeridos pelas emissoras foram reformulados pelo CSC para horários posteriores às 23 horas, respeitando o princípio de não cortar.

Segundo Galba Veloso, presidente do CSC, a aplicação do Código de Ética das emissoras ou auto-regulamentação é uma transição que leva a sociedade a assumir a sua própria direção. Num ponto a Abert, o CSC e o próprio senador Bisol concordam: deverá existir um órgão classificatório para rádio e televisão, não censor. Os filmes para cinema e teatro devem ser completamente liberados. A justificativa é que a televisão "entra" nas casas, portanto, é menos sujeita ao controle, enquanto os cinemas e teatros dependem de uma decisão de ir até eles. As duas entidades discordam em outro ponto. A Abert quer a criação de um conselho de classificação etária, formado só pela sociedade civil. O CSC, um conselho que reúna a sociedade civil e representantes do governo. Já a Divisão de Censura da Polícia Federal reivindica para si o direito de classificar, porque estão ali os profissionais dessa área.